

Concurso Delegado de Polícia Civil da PC/AP Questões de Direito Administrativo

Comentários:

Achei o nível de dificuldade da prova bem razoável.

Não foi uma prova fácil. Ao contrário, uma prova complicada.

Em várias questões, há dúvida em responder pois o candidato fica em 1 ou 2 opções a responder, tendo que ir naquela 'mais correta'.

29. Uma autarquia municipal criada para prestação de serviços de abastecimento de água

(A) deve obrigatoriamente ter sido instituída por lei e recebido a titularidade do serviço público em questão, o que autoriza a celebração de contrato de concessão à iniciativa privada ou a contratação de consórcio público para delegação da execução do referido serviço.

(B) integra a estrutura da Administração pública indireta municipal e portanto não se submete a todas as normas que regem a administração pública direta, sendo permitindo a flexibilização do regime publicista para fins de viabilizar a aplicação do princípio da eficiência.

(C) submete-se ao regime jurídico de direito privado caso venha a celebrar contrato de concessão de serviço público com a Administração pública municipal, ficando suspensa, durante a vigência da avença, a incidência das normas de direito público, a fim de preservar a igualdade na concorrência.

(D) pode ser criada por decreto, mas a delegação da prestação do serviço público prescinde de prévio ato normativo, podendo a autarquia celebrar licitação para contratação de concessão de serviço público ou prestar o serviço diretamente.

(E) possui personalidade jurídica de direito público, mas quando prestadora de serviço público, seu regime jurídico equipara-se ao das empresas públicas e sociedades de economia mista.

Letra A

Entre as opções dadas, a alternativa correta é a letra A. Isso porque, autarquias são pessoas de direito público criada diretamente por meio de LEI (art. 37, XIX, CF), recebendo a titularidade do serviço a ela delegado.

Já que recebe a titularidade passa a ser a "dona" do serviço, assim, poderia fazer contrato de concessão repassando para particulares ou para consórcio público.

30. Um servidor público foi processado por ato de improbidade por ter se locupletado ilicitamente em razão do exercício do cargo de diretor de empresa estatal. Durante o processo restou demonstrada a culpa do servidor, tendo a ação sido julgada procedente. Não obstante, pouco tempo depois da condenação judicial definitiva, o servidor veio a falecer. No que diz respeito ao impacto desse fato na ação de improbidade e no ressarcimento dos cofres públicos,

(A) deverá ser extinta, em razão da extinção da punibilidade decorrente do falecimento do autor, cuja condenação é personalíssima.

(B) a responsabilidade pelo ressarcimento aos cofres públicos persiste para os herdeiros do servidor público, respeitado o limite da herança.

(C) a ação prossegue regularmente, tendo em vista que já havia sentença condenatória contra o servidor, substituindo-o por outro representante da estatal para representa-lo judicialmente.

(D) a ação pode prosseguir até o trânsito em julgado, não sendo possível, no entanto, transmitir aos herdeiros nenhuma responsabilidade decorrente de atos do antecessor, dada a natureza personalíssima.

(E) no caso de se tratar de ato de improbidade doloso, a responsabilidade pela devolução dos valores correspondentes ao enriquecimento ilícito passa aos herdeiros, enquanto que em se tratando de ato de improbidade sob a modalidade culposa, inexistente previsão legal para tanto.

Letra B.

Os herdeiros respondem ATÉ o valor da herança recebida. Art. 8 da Lei de Improbidade.

31. O acesso a cargos públicos de caráter efetivo depende, como é sabido, de concurso público, nos termos da Constituição Federal.

É compatível com a exigência constitucional de concurso público e com os princípios que regem a Administração pública

(A) a previsão, no edital do certame, conforme a natureza do cargo, da realização de investigação social sobre os candidatos após as fases de avaliação de conhecimento, para demonstrar sua lisura e conduta moral proba para o desempenho das atribuições exigidas.

(B) a previsão, no edital do certame, de requisitos isonômicos e objetivos e, além da realização de provas, o exame de títulos, sendo outras exigências e condições violadoras dos princípios da igualdade e da razoabilidade.

(C) o estabelecimento de requisitos de habilitação que permitam ao administrador escolher os candidatos que pareçam mais comprometidos com o cargo almejado.

(D) a exigência de prova de aptidão física prévia às fases de conhecimento, a fim de selecionar os candidatos que terão condições de desempenhar as atribuições exigidas para o cargo.

(E) a possibilidade de prorrogação da validade do concurso público por prazo de 3 anos, como observância ao princípio da isonomia que estabelece o mesmo prazo para o estágio probatório dos servidores aprovados.

Letra A

Entre as opções a mais adequada é a letra A, pois é possível a realização de investigação social sobre os candidatos após as fases de avaliação de conhecimento, para demonstrar sua lisura e conduta moral proba para o desempenho das atribuições exigidas.

32. Realizada a contratação de obras de construção de um viaduto pela Administração municipal, regida pela Lei no 8.666/1993, adveio, no curso da execução do contrato, a necessidade da contratada executar alguns serviços e utilizar técnicas que não estavam originalmente descritos, em decorrência de intercorrências que surgiram quando do início das perfurações. Alega a contratada que faria jus ao recebimento de correspondente remuneração pelo acréscimo de serviços e despesas, em relação ao que a contratante

(A) deve discordar, tendo em vista que as alterações ocorridas estão inseridas no risco do contrato, cuja repartição foi

obrigatoriamente prevista na matriz que integrou o instrumento original.

(B) deve discordar no caso de conseguir demonstrar que o valor do reajuste contratual será suficiente para cobrir as novas

despesas, afastando a caracterização de prejuízo por parte da contratada.

(C) pode concordar com o aditamento contratual para majoração quantitativa do contrato, em razão do acréscimo do valor,

limitado ao percentual de 50%, parâmetro incidente para os casos de consenso entre as partes.

(D) deve concordar com o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, limitado a 25% de acréscimo do valor original do

contrato, percentual que incide sobre qualquer majoração contratual em desfavor do poder público.

(E) pode concordar com o estabelecimento de ressarcimento correspondente, diante da imprevisibilidade, caso fique conclusivamente

comprovada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro em razão dos serviços executados.

Letra E

Trata-se da interferências imprevistas (fatos supervenientes não previstos) na execução dos contratos administrativos que geram REVISÃO contratual para recompor o equilíbrio econômico financeiro do contrato.

Nesse caso, não há limite de valor (até 25 ou 50%), pois tais limites ocorrem quando há alteração unilateral imposta pela Administração Pública. O que não foi o caso concreto.

33. Considere que determinado Estado da Federação pretende instalar novas Delegacias de Polícia nos Municípios do interior, como parte da execução do plano de implantação de unidades especializadas. Pretendem os Municípios colaborar com essa medida estadual, podendo

(A) disponibilizar terrenos para uso precário por parte do Estado, que deverá adquirir onerosamente o imóvel tão logo seja iniciada a prestação dos serviços.

(B) conceder o uso ao Estado dos bens públicos municipais, para que sejam construídos os equipamentos públicos estaduais, que deverão reverter à titularidade dos Municípios para que estes se responsabilizem pela manutenção.

(C) outorgar autorização de uso de terrenos municipais precária ao Estado, para que esse ente possa construir as unidades de segurança especializadas enquanto não forem adquiridos terrenos estaduais para as instalações definitivas.

(D) doar ao Estado terrenos municipais que não estejam afetados a nenhum serviço público, para que o Estado construa os equipamentos estaduais, considerando que é interesse dos dois entes federados a disponibilização do serviço público.

(E) decretar a desafetação de bens públicos municipais para que da categoria de bens de uso comum do povo ou de bens de uso especial passem para bens dominicais e, nessa condição, possam se prestar à edificação de equipamento público estadual.

Letra D

Essa questão está um pouco confuso. Eu ficaria em dúvida em relação as letras C e D. As demais eu eliminaria em razão de pequenos equívocos.

Mas em relação à letra C, estaria errada porque a autorização de uso seria para atender interesse predominantemente do particular usuário. Já que o uso do terreno atende também interesse municipal, excluímos a letra C.

Assim, a letra D, entre as opções dadas, é a mais adequada.

34. Em uma área de expansão urbana determinado Município está providenciando a instalação de equipamentos públicos, a fim de que o crescimento populacional se dê de forma ordenada e sustentável. Durante a construção de uma unidade escolar, apurouse que não seria possível executar a solução de esgoto originalmente idealizada, que contempla um emissário de esgoto, mostrando-se necessária a identificação de outra alternativa pela Administração pública. Dentre as possíveis, pode o Município em questão

(A) promover, demonstrada a viabilidade técnica, a instalação de emissário de esgoto para ligação com o sistema já existente,

utilizando-se, para tanto, da instituição de uma servidão administrativa.

(B) realizar uma licitação específica para elaboração e execução de projeto de instalação do emissário de esgoto, independentemente

do valor, dado seu caráter emergencial.

(C) lançar mão da requisição administrativa, para imediata imissão na posse do terreno necessário para implementação das

obras, diferindo-se a indenização devida.

(D) desapropriar judicialmente a faixa de terreno necessária à implementação do emissário de esgoto, tendo em vista que o

ajuizamento da ação já autoriza a imissão na posse do terreno objeto da demanda.

(E) instituir uma servidão de passagem, sob o regime do código civil, tendo em vista que dispensa a anuência do dono do

terreno e de prévia indenização, apurando-se o valor devido após a instalação do equipamento, que indicará o nível de restrição ao uso da propriedade.

Letra A

Entre as opções a Letra A é a mais adequada à solução do caso.

Letra B está errada porque não ficou caracterizada na questão a situação emergencial.

Letra D errada porque a desapropriação pode ocorrer em via administrativa.

Letra E errada porque a servidão poderia ensejar indenização, se demonstrado o prejuízo.

35. O controle exercido pelo Poder Judiciário sobre a Administração pública pode incidir sobre atos e contratos de diversas naturezas. Quando o objeto do controle exercido é um contrato de parceria público-privada, deverá analisar se

- (A) o objeto do contrato é aderente à legislação que rege às parcerias público privadas, que somente admite a conjugação de obras e serviços quando se tratar da modalidade patrocinada.
- (B) o prazo do contrato não excede o limite de 25 anos, o mesmo previsto para as concessões comuns, a fim de não ofender o princípio de quebra da isonomia e violação da licitação, inclusive para inclusão de novos serviços e violação do princípio licitatório.
- (C) houve estimativa de previsão de recursos orçamentário-financeiros para toda a vigência contratual e a efetiva demonstração de existência de recursos para os dois exercícios seguintes à celebração da avença.
- (D) a tarifa estabelecida pela contratada, independentemente da modalidade do contrato, observou o princípio da modicidade e se há contraprestação a ser paga pelo Poder Público e sua respectiva garantia.
- (E) o início do pagamento da contraprestação está condicionado à disponibilização do serviço pelo parceiro privado, admitindo-se a previsão da possibilidade de fracionamento proporcional à parcela de serviço prestada.

Letra E

Essa é a questão mais difícil da prova!!!

Letra A errada porque a PPP patrocinada também admite conjugação de obras e serviços.

Letra B errada porque o prazo da PPP pode chegar até 35 anos.

Letra D, quando for uma PPP administrativa não se aplicaria o princípio da modicidade, pois é incompatível com o regime desse modelo de PPP já que a Administração Pública é a usuária do serviço.

Letra E - Art. 7º A contraprestação da Administração Pública será obrigatoriamente precedida da disponibilização do serviço objeto do contrato de parceria público-privada.

Ou seja, só começa a pagar quando a obra/serviço é entregue.

36. Uma determinada viatura oficial estadual, enquanto em diligência, chocou-se contra o muro de uma escola municipal, derrubando-o parcialmente, bem como o poste de transmissão de energia existente na calçada, que estava em péssimo estado de conservação, assim como os transformadores e demais equipamentos lá instalados. Foram apurados danos materiais de grande monta, não só em razão da necessidade de reconstrução do muro, mas também porque foi constatado que muitos aparelhos elétricos e eletrônicos deixaram de funcionar a partir de então, tais como geladeiras, computadores e copadoras. Relevante apurar, para solucionar a responsabilidade do ente estatal,

- (A) se o condutor da viatura empregou toda a diligência e prudência necessárias para afastar negligência, bem como se estava devidamente capacitado para o desempenho de suas funções, a fim de verificar eventual ocorrência de imperícia.
- (B) a origem dos recursos que possibilitaram a aquisição dos materiais elétricos e eletrônicos, para comprovar se o Município efetivamente sofreu prejuízos qualificáveis como indenizáveis para fins de configuração de responsabilidade civil.
- (C) apenas o valor dos danos materiais constatados, tendo em vista que se trata de responsabilidade objetiva, modalidade que, para sua configuração, dispensa qualquer outro requisito.



(D) o nexo de causalidade entre a colisão causada pela viatura estadual e os danos emergentes sofridos, para demonstrar que decorreram do acidente e não de outras causas e viabilizar a apuração correta da indenização, prescindindo, no entanto, de prova de culpa do condutor.

(E) a propriedade do imóvel onde funcionava a escola, tendo em vista que caso se trate de bem público estadual cedido à municipalidade para implantação da escola, descabe qualquer indenização, seja pelo muro, seja pelos danos nos aparelhos elétricos, uma vez que o funcionamento da própria unidade depende do ente estadual.

Letra D

Para haver a responsabilidade do Estado tem que demonstrar o dano, conduta e nexo causal.

Trata-se de uma responsabilidade objetiva, na qual não se discute o fator dolo ou culpa. Por isso a letra A está errada.

Do mesmo modo, a letra C está incorreta porque tem que demonstrar os 3 elementos citados acima.

A letra E está errada porque a propriedade do bem não é relevante para se determinar a indenização.

Assim, a letra D está correta porque se exige o nexo de causalidade entre a colisão causada pela viatura estadual e os danos emergentes sofridos, para demonstrar que decorreram do acidente e não de outras causas e viabilizar a apuração correta da indenização, prescindindo, no entanto, de prova de culpa do condutor.



Gustavo Scatolino - Atualmente é Procurador da Fazenda Nacional. Bacharel em Direito e Pós-graduado em Direito Administrativo e Processo Administrativo. Ex-Assessor de Ministro do STJ. Aprovado em vários concursos públicos, dentre eles, Analista Judiciário do STJ, exercendo essa função durante 5 anos, e Procurador do Estado do Espírito Santo.

[Gran Cursos Online](#)